



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 23 DE MAIO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 3ª audiência pública temática do PL 167/18, do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, LDO.

Esta reunião está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.camara.sp.gov.br link Auditórios On-line.

Registro a presença da nobre Vereadora Soninha Francine. Esta é uma audiência temática que trata da área de Assistência e Desenvolvimento Social, SMADS; Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte; Secretaria Municipal de Saúde; TCM.

Registro a presença dos Srs. Denise Cristina, Coordenadora Orçamentária de SMADS; Lucilene Oshiro, Subsecretária de Orçamento da Fazenda; Francisco Alberto Aires, Diretor de Administração e Finanças da Secretaria Municipal de Transportes; Daniel dos Santos, do TCM; Donato José Meloni, Coordenador Financeiro da Secretaria de Saúde.

Nós podemos continuar aquela dinâmica, nobre Vereadora Soninha, de permitir os três temas e dar um espaço maior para quem for falar? Ou seja, tanto na área de assistência, como de mobilidade, de saúde, ou do TCM, os inscritos já aproveitam o tempo. Já estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Lucilene, da Secretaria da Fazenda.

A SRA. LUCILENE OSHIRO – Bom dia a todos. É um prazer estar participando desta audiência pública. Já houve alguns ciclos de participação da população, onde foram tratados alguns temas específicos de Secretarias, e a Secretaria da Fazenda participou de todos os temas. Hoje, mais uma vez, estamos aqui para tratar de transporte, saúde, assistência social.

A participação da população é importante para nos orientar sobre o Orçamento, e o Executivo fez a proposta das diretrizes, então a partir de agora iniciamos um ciclo para a elaboração do orçamento, junto às Secretarias.

Portanto, para a Secretaria da Fazenda enxergar o que a população necessita, é importante a presença da população, inclusive para a elaboração do Orçamento. Estamos à disposição para responder as dúvidas, anotar as colaborações e indicações do tema orçamentário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Francisco Alberto Aires.

O SR. FRANCISCO ALBERTO AIRES – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite feito pelo nobre Vereador Jair Tatto, também cumprimentar a nobre Vereadora Soninha Francine.

Peço desculpas pela ausência do Secretário de Mobilidade e Transportes, o Sr. João Otaviano, que se encontra fora do País, em viagem de trabalho pela Prefeitura.

Estou à disposição de todos e quero acrescentar apenas que vemos a LDO como a busca de uma sintonia fina para o ano de 2019 de tudo o que foi colocado e projetado no Plano Plurianual. Então, é na LDO que criamos condições de oferecer uma sintonia mais definida dos projetos e das ações que serão executados em 2019, na área de mobilidade e transportes, tendo como principais metas aumentar a oferta de transporte público, permitir uma maior mobilidade e reduzir o índice de acidentes no trânsito da Capital.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Denise Cristina, Coordenadora Orçamentária de SMADS.

A SRA. DENISE CRISTINA – Bom dia a todos. Quero agradecer a presença. Estou representando o Secretário Felipe Sacará e o Secretário-Adjunto José Castro, que não puderam comparecer; e estou à disposição para tirar as dúvidas da LDO.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O representante do Tribunal de Contas justificou que chegará às 11h30.

Tem a palavra o Sr. Donato José Meloni.

O SR. DONATO JOSÉ MELONI – Bom dia. Estou aqui representando a Secretaria, em nome do Dr. Pollara, Dr. Daniel e Dra. Glória.

Espero conseguir responder todos os questionamentos e dar as diretrizes da secretaria, que foi fechado até o momento, e passe esse projeto de lei e o futuro projeto de lei da LOAS, do orçamento anual.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu queria só compreender uma situação aqui em primeiro momento. A Assessoria fez um levantamento com o Sr. Francisco Alberto. A secretaria mandou-nos um anexo, com metas e prioridades. Então, nós estamos aqui se deparando com uma confusão entre os números, que é o orçamento, que vamos discutir ao final do ano. Nesse momento, são as diretrizes orçamentárias. Então, nesse plano de metas, o que me constou aqui? Que V.Exas. têm metas e prioridades. Há oito quilômetros de corredores para serem construídos. A previsão é de um bilhão, 421 milhões e seiscentos. Isso significa 177,7 milhões cada quilômetro do corredor. Esse é o valor? Nós temos uma média aqui que vai de quinze a vinte milhões. Com os 39 quilômetros concluídos, a média foi 15,2 milhões. Depois houve mais 18,6 em obras, que dá uma média de 26,8. É isso mesmo que eu estou vendo aqui, Sr. Rogério? Contratados, há 72 quilômetros, que está numa média de 20,8 milhões por quilômetro. Então, a pergunta é essa. Pelo que foi mandado aqui na LDO, consta uma média de 177,7 milhões por quilômetro. É isso mesmo?

O SR. ROGÉRIO – Pela planilha que eu estou acompanhando, acredito que seja a mesma que a Câmara recebeu, que a comissão recebeu, a meta dos quatro anos do Plano Plurianual é atingir os 72 quilômetros de expansão, e para o ano de 2019, essa meta é de oito quilômetros de corredores. É uma parcela do total previsto para o quadriênio. O valor também que eu tenho é de um 1,6 bilhão, com desapropriações, licenças ambientais e as obras propriamente ditas de expansão dessa parcela de quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas dá 177 milhões mesmo?

O SR. ROGÉRIO – Existem as desapropriações. Eu tenho uma equipe de apoio, até porque estou na função há uma semana. A colocação é essa: Parte do recurso tem em relação à necessidade de desapropriar e indenizar imóveis ao longo da área onde serão construídos ou ampliados esses corredores.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aí fica uma dúvida, porque, em todos os corredores construídos até hoje, creio que existiu desapropriação e problemas ambientais; e está aqui, está no que o Governo mandou. Está custando 177, pelo milhões cada quilômetro de corredor.

O SR. ROGÉRIO – Não, certamente esse número não está correto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Foi extraído... Pode ter havido engano.

O SR. ROGÉRIO – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – E a média vem de 15 milhões até 20 milhões dos contratados. É isso?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está, mas esses números foram extraídos do projeto que o Governo mandou.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ficou essa dúvida.

O SR. ROGÉRIO – Na própria LDO impressa que eu tenho, também o valor é um pouco menor inclusive. É de 1,421 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Exatamente, para oito quilômetros.

O SR. ROGÉRIO – Para oito quilômetros. Não, certamente não.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Isso aí eu também preciso entender. Está dentro do PPA e com prioridade para o ano...

NÃO IDENTIFICADO – Isso integra a ação de Cidade Conectada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está. Quando chegar a lei orçamentária, obviamente virá números dessa natureza. É isso? Isso vai se repicar na lei orçamentária. É isso que eu compreendo, quando a gente for discutir o orçamento?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu não compreendo. Não são diretrizes sim, mas a gente sabe que misturam as coisas, e o Governo mandou de uma maneira mais robusta de números a LDO. Ou seja, nós estamos um pouco confusos, porque nós estamos adentrando na lei orçamentária anual. É isso que eu compreendi.

O Vereador Atílio Francisco, relator, considera isso também. S.Exa. justificou que vai chegar um pouco mais tarde.

A SRA. LUCILENE – A Secretaria de Transporte também está aqui presente. Até o fim do horário da audiência temática, a gente poderá conseguir responder esse item aqui de uma forma mais completa. Aí eu já peço para a equipe da Secretaria da Fazenda também dar uma olhada, junto com a equipe de Transportes, para a gente conseguir dar uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu considero que desapropriação não aumenta tanto.

A SRA. LUCILENE – Até para a gente poder definir melhor o que envolve esse valor e o detalhamento aqui desse número, para a gente conseguir responder.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – De fato, ficou uma coisa muito estranho e perceptivo o montante.

A SRA. LUCILENE – Sim.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Se fui o relator desapropriação, até fica fácil de entender, porque desapropriações ao longo de um quilômetro de via, dependendo do tamanho

da área edificada, pode significar um custo muito alto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas de 20 para 170?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Se não for desapropriação, eu não consigo imaginar.

NÃO IDENTIFICADO – Nobre Vereadora, essa é uma ação também que a execução é realizada em conjunto com a S-Urb.

– Não exclusivamente da Secretaria de Transportes.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Quais corredores que são?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Estão elencados aqui. Há o da Mooca, Santana e Jornalista Roberto Marinho, que é pouca coisa. É essa relação mesmo?

NÃO IDENTIFICADO – Essa é a realização que estava no PPA. Teria que se saber a qual deles se referem esses oito quilômetros. (fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Provavelmente não são todos esses trechos aqui.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Se for u M'Boi Mirim, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Trecho um.

A SRA. SONINHA FRANCINE – É hiper-edificado. Se envolver duplicação da avenida, então, há desapropriação. Já na Brás Leme não. Brás Lema não há o que desapropriar. É só fazer uma intervenção no viário mesmo. Então, depende muito de qual trecho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A M'Boi Mirim, se for, já dá mais de oito quilômetros previstos. Não há justificativa. Eu adoraria que fizessem ali. Nem nós conseguimos.

NÃO IDENTIFICADO – Nós vamos buscar informações complementares ainda dentro do tempo.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Quero fazer duas perguntas, uma a respeito de

transporte, sobre o quanto Fazenda e Transporte estão considerando a possibilidade da licitação do Bilhete Único, se está considerado como possível fonte de receita, já que falamos, no ano passado, estudou-se e debateu-se a possibilidade da licitação do bilhete e eu não sei se isso está no horizonte para esse próximo ano.

Para a Saúde, eu estava no Governo ainda e lembro das exposições do Secretário Polara demonstrando que o Sistema de Saúde teria capacidade para absorver a demanda por exames diagnósticos, se ela fosse bem gerenciada. Quer dizer, teoricamente, uma vez zerada a fila no Corujão, dali em diante não se justificaria continuar formando fila. Se as vagas disponíveis, os profissionais, os serviços fossem usados com eficiência essa fila não se formaria, o que indica – o que muita gente está cansada de saber – que é um problema na regulação.

Recentemente, bom, nos últimos tempos, a Saúde tem oferecido outras formas, outras possibilidades de marcação de consulta para o usuário poder, pela internet, por aplicativo, marcar sua consulta, mas até recentemente e eu não sei se ainda é assim, a regulação abre as vagas para consulta, para exame, num determinado período do mês. Quer dizer, até aquela data, as unidades recebem as demandas e, depois, o sistema abre para marcação de consulta para os meses seguintes. Eu quero saber se ainda é assim que funciona, quer dizer, por um lado estamos melhorando o acesso do usuário à demanda, ao agendamento da vaga, mas, lá para dentro, no sistema da regulação, o sistema ainda é meio desconstruído, assim no calendário, porque eu acho que o que fomos capazes de aproveitar melhor o que tem, isso implica uma diminuição de custo. Óbvio.

Eu lembro muito do Secretário sendo muito enfático em relação a isso: o que a gente tem, não justificaria que se formassem filas tão longas, que as pessoas esperassem semanas ou meses por um exame diagnóstico por uma consulta com especialista. E a própria fila se alimenta, pois as pessoas ficam, às vezes, o pedido continua na fila registrado, mas a pessoa já fez o exame no Dr.Consulta, já não precisa mais do exame, enfim, às vezes, foi até a

óbito.

Então a gestão da própria fila, que significa que tem muita gente ali como se fosse por exame, mas é uma demanda que nem existe mais, isso também tem um custo. Então para saber as perspectivas da modernização, de uma gestão mais inteligente, do sistema de regulação de vaga. Sei também que tem um problema sério de absenteísmo, as pessoas que marcam a consulta, até porque acabaram indo em outro profissional, ou particular, ou pela razão que for, então marcam a consulta e não vão à consulta. Quer dizer, tem isso também. Tem essa oferta de vaga que consta como uma vaga ocupada, porque tem uma demanda ali, tem uma consulta marcada ali, mas a pessoa não comparece, então acaba sendo um espaço vazio. Então a pergunta é sobre regulação.

E para a Assistência Social, se vocês não se incomodam, enquanto a Mesa responder – não sei se vai responder agora ou depois das participações da plateia, do auditório, eu vou preparar, quero mostrar, e é mais fácil para a minha pergunta mostrar minha... (Pausa) É que eu não acho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Temos dois inscritos apenas, então vamos, porque são elementos que, certamente, nos ajudarão no debate.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Se as pessoas forem continuar falando, as inscrições, as respostas, enquanto isso eu preparo lá.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pode falar, vamos lá. (Pausa) Ok, temos duas inscrições, deixa eu já aproveitar, na área de Transporte, entendemos mais um dado aqui que eu queria que, ao final, o senhor me respondesse. Terminais, 2019, no PPA estão previstos 76 milhões, 298 mil; temos aqui, mandado na LDO, uma previsão de 179,7 milhões. Então, há uma contradição razoável. (Manifestações longe do microfone). Por terminal.

Nas emendas que faremos como bancada do Partido dos Trabalhadores, da primeira para a segunda, vamos também tratar da vedação de dotações genéricas, tanto de pessoal como para todos os itens da Prefeitura. Houve um esforço - o Vereador Atílio Francisco

era relator – quando, na Cultura, nós abrimos rubricas específicas para cada programa. Aí, sim, estamos tratando de uma diretriz ao Orçamento. Ou seja, a mesma situação que colocamos aqui: esses terminais não estão sendo indicados aqui. Da mesma forma que, quando coloquei a questão dos corredores de ônibus, existe uma lista genérica de corredores. Que sejam 8km, que custem 177 milhões, mas precisamos saber exatamente onde será feito isso. Acho que essas dotações genéricas são ainda uma confusão que existe. Temos que ter um calhamaço maior, não tem jeito. Temos de abrir as contas. Acho que esse é o esforço que temos feito ao longo dos anos. Vamos encontrar percalços no meio do caminho, mas hoje existem mecanismos dentro da Prefeitura, tecnologias suficientes para que consigamos chegar a esse ponto.

Podemos abrir para as inscrições? (Pausa) Vamos lá. Temos o Fábio. (Pausa) Gosto muito do Fábio, mas não me consta que ele mande sugestões oficiais, por escrito, ao Orçamento. Você tem esse hábito de mandar todo ano, Fábio?

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Mandei, mas não foi respondido no final do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas não se trata de responder. A prerrogativa é que tem de ser pela mão do Vereador.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Não foi respondido.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O que acontece? Se eu tenho a compreensão... Penso que a Vereadora Soninha Francine entende melhor do que eu do Regimento. As emendas, em segunda, são via parlamentar ou bancadas, não há jeito.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Eu quero fazer por escrito hoje. Tenho aqui duas demandas especiais para serem feitas por escritos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está bem.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Vamos fazer os comentários sobre a LDO 2019. Bom dia a todos e a todas. Sou Fábio Siqueira, munícipe da Saúde. Cumprimento a Vereadora

Soninha Francine, o Vereador Jair Tatto, os representantes das quatro Secretarias e, em especial, a população paulistana.

Da reunião passada, ficou pendente um tema na Secretaria de Cultura, que eu gostaria inclusive de formular por escrito, porque se trata de uma lei municipal. A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem de obedecer à legislação vigente; senão, não tem sentido nenhum todo ano vir aqui falar de LDO, falar de PPA, falar de LOA se a legislação da Prefeitura não é respeitada. Existe, no catálogo legislativo da cidade de São Paulo, a Lei 14.756, de 29 de maio de 2008, que cria o Museu do Rádio, da Televisão e Novas Mídias da Cidade de São Paulo, e dá outras providências. Se há uma lei criando o museu, essa lei tem que ser efetivada. Portanto, solicito uma diretriz orçamentária para a criação desse museu e recursos para essa finalidade. Gostaria inclusive de registrar por escrito esse pedido, pois só foi feito em dezembro passado – inclusive com documentação assinada -, e não houve resposta.

Quero também registrar uma demanda - que consta do Plano de Metas, só que desaparece das apresentações – relacionada à Secretaria Municipal de Saúde, que está bem colocada aqui em relação aos seus dizeres: implantação de política pública de combate ao tabagismo na cidade de São Paulo, em consonância com o Projeto Viver Mais e Melhor, constante no Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo - 17.20, relacionada com a seguinte linha de ação: fortalecer as ações de rastreamento e implantar o monitoramento de abordagem mínima e básica do Programa de Combate do Tabagismo nas unidades de saúde, garantidas 100% das unidades. Eu também incluiria aqui a parceria com os CRATODs estaduais. Então, do ponto de vista das diretrizes mais específicas, são essas duas.

Agora vou comentar um pouco os problemas gravíssimos das Secretarias em tela, começando com a Secretaria de Fazenda. O Secretário Caio Megale disse na audiência pública passada da LDO que as audiências públicas de Orçamento em agosto passado foram satisfatórias. Não foram, não, haja vista que até hoje não houve a devolutiva das demandas que a população apresentou. Queremos saber se essas demandas entraram no Orçamento.

Não foram publicadas em *Diário Oficial* quais foram as demandas das 32 prefeituras regionais, como é tradição nesta cidade que isso seja publicado. Ou seja, não há transparência nenhuma da Secretaria de Finanças em relação à questão orçamentária. Infelizmente, se repete o vexame das práticas autoritárias e nada transparentes de gestões como a de Serra e Kassab nesta lastimável gestão Doria-Bruno Covas.

Também é lamentável o fim do Conselho Participativo Municipal em termos de como todo conselho deve ser em nível municipal. Também esse Conselho desapareceu, e claro que desapareceu, pois era um Conselho consultivo. Portanto, há uma lacuna na questão da estrutura da participação social e popular nesta cidade, e ninguém dá a mínima resposta.

Ainda em relação à questão orçamentária, pelo que eu entendi do que disse o próprio Secretário Caio Megale, os bilionários são só saúde e transporte. E as outras áreas? Cada vez mais se vai dar dinheiro a instituições privadas? Aonde vamos parar na cidade de São Paulo?

Trazemos um exemplo. Que bom que as duas áreas – transporte e saúde - estão nesta Mesa, porque observamos algumas graves distorções. Por exemplo, na questão da Secretaria de Transporte, o Orçamento do ano passado, na dotação 47.01, compensações tarifárias do sistema de ônibus, foi aprovado 1,8 bilhão de reais. Sabem quanto foi liquidado? Quase 3 bilhões! Ou seja, muitas áreas importantes perderam dinheiro para essa dotação, com 2,9 bilhões, uma dotação recorde na história desta cidade, praticamente 50% a mais do que foi aprovado. O que causa repúdio e repulsa à sociedade paulistana é que se trata de uma dotação que viola a Lei Orgânica do Município. O que diz a Lei Orgânica do Município? Lei Orçamentária anual identificará, individualizando, os projetos e atividades segundo a sua localização, dimensão, características principais e custo. Quando você coloca uma bolada de dinheiro, quase 3 bilhões, numa única rubrica orçamentária e não diz para onde vai, qual o detalhamento desse recurso, realmente nos mostra que o Orçamento não é nada transparente.

Infelizmente, na área da saúde, ocorre situação igual em relação às Organizações

Sociais: também ocorreu uma dotação muito além. Por exemplo, no quesito 4.1.25 – Operação e Manutenção para Atendimento Ambulatorial Básico de Especialidades, Serviços Auxiliares, Diagnóstico e Terapia, aprovados 2,7 bilhões e executados, até dezembro do ano passado, 3,6 bilhões; ou seja, um bilhão a mais, e o Hospital da Brasilândia não fica pronto. Então, tudo é drenado para uma área privada, porque são OS. Aliás, muitas delas investigadas pela CPI estadual. Esse dinheiro é drenado, portanto, do recurso público, faltando inclusive em outras áreas, para megacontratos, para os megabarões do transporte e saúde.

Não vou me alongar mais porque a questão do Orçamento para 2018 é muito semelhante; até arrisco dizer que vai ser até maior o dinheiro drenado para essas duas áreas em relação a 2017.

Vou me reinscrever para falar às 11h30, na parte geral, pois ainda restaram alguns assuntos e aproveito para solicitar que a Câmara Municipal não aprove mais esse tipo de baú orçamentário, de rubricas que são bilionárias e não oferecem nenhuma transparência à participação. A diretriz orçamentária, nesse sentido, é prejudicada pela falta de transparência, de controle social e de participação nas discussões orçamentárias.

Por hora, é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Fábio.

Aproveito a presença do Donato, representante da Saúde, que me tire uma dúvida. Estão previstas cem equipes do Programa Saúde da Família para os quatro anos. Depois, se possível, me passe o que já foi implementado nesse um ano e meio.

Tenho dúvida também em relação ao Hospital de Parelheiros, cujo contrato total é de 270 milhões de reais, mas estão previstos 80 milhões para a construção de hospitais, dentre os quais, provavelmente, o da Brasilândia e o de Parelheiros.

Vou pedir ao Pirata que ceda lugar de fala à Vereadora Soninha. (Pausa)

Tem a palavra a Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada. É mais um pleito do que um questionamento

As dotações em Assistência Social para destinação dos recursos do Fundo Municipal da Assistência Social são muito amplas. Uma única dotação diz respeito a muitas coisas muito diferentes. Com isso, fica muito difícil fazer um planejamento orçamentário, ou seja: para onde vamos destinar um volume maior de recursos pensando, a priori, para o ano que vem, em vislumbrar, em prever que se vá precisar de mais recursos na área de criança e adolescente em situação de rua, por exemplo. Na hora de transformar isso em número, não há como deixar isso visível, porque é uma dotação única para muitas coisas muito diferentes. E o que dificulta também depois o controle social, sabermos se realmente a Secretaria está gastando o dinheiro nas áreas em que se concluiu que são prioritárias, que precisam de um crescimento maior.

Os números do Orçamento são sempre muito indefinidos, os contornos são muito vagos. Por isso, eu separei duas dotações em especial para explicar melhor o que eu estou dizendo. Em Proteção Básica, a dotação 20.89 se refere à Manutenção e Operação e os Espaços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para Crianças e Adolescentes. São só três tipos de serviços diferentes: o Centro para a Juventude, o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – modalidade circo-escola, e os CCAs. São apenas três serviços, mas um tem 493 unidades e atende a 73.400 pessoas, que é o caso dos CCAs, e o outro diz respeito a seis unidades que têm 2.900 vagas. Quer dizer, embora sejam apenas três serviços diferentes, cada serviço desses é muito diferente um do outro. Então, no fim, diluem-se os recursos todos, ficando até difícil calcular, por exemplo, um problema muito sério que aconteceu na Assistência Social neste ano e também no ano passado, que é a previsão, no repasse às entidades, do equivalente previsto no dissídio. Isso é um valor muito previsível, porque já se sabe e provavelmente é o que se calcula no reajuste previsto para a categoria de assistentes sociais, em torno de 4,5%. Como poderíamos deixar isso bem discriminado na

previsão orçamentária anual com essas dotações tão gigantescas?

Especialmente na 43.08 – Proteção Social Especial à População em Situação de Rua – parece que estamos falando de uma coisa só, mas, na verdade, estamos falando de um número muito grande de serviços muitos diferentes uns dos outros.

Por isso, o que construímos como proposta seria uma classificação. É uma sugestão, porque não queremos apresentar uma proposta acabada. Uma das possibilidades é dividir a 43.08 em cinco dotações diferentes. A primeira seria exclusivamente para os Centros de Acolhida Especial, que são para pessoas em período de convalescença, que, aliás, são muito poucos os serviços – há apenas duas unidades de Serviços de Acolhimento para Pessoa em Situação de Convalescença. Isso impacta o Orçamento da Saúde, porque muitos moradores de rua, muitas pessoas em situação de rua já tiveram alta clínica, alta médica, mas continuam internadas em leitos de hospitais, de prontos-socorros, que são caros, em leitos de enfermagem, numa situação completamente inadequada, arriscada e perigosa, porque a Assistência Social só tem dois serviços de acolhimento para pessoas em situação de convalescença.

Podemos aqui nesta Casa, com as audiências públicas, com o Conselho de Assistência Social e a sociedade toda decidirmos que precisamos de mais serviços para pessoas em período de convalescença, que precisamos dobrar. Agora, se for para destinar o recurso para isso, ele vai cair na grande cesta do serviço de acolhimento para pessoa em situação de rua.

Se possível, poderíamos ter uma dotação específica para os Centros de Acolhida Especiais – mulheres, idosos, famílias e pessoas em período de convalescença; uma dotação para os Centros de Acolhidas Comuns, que não têm essa diversificação de um público muito específico, embora aqui também haja pessoas muito diferentes – imigrante é um serviço específico, mas já é bem diferenciado daquele centro especial com público bem delimitado; uma dotação especialmente para Autonomia em Foco/Família em Foco, e uma dotação para

República para Adultos. Até porque isso começaria a deixar mais evidente que esses serviços têm um custo *per capita* altíssimo e o serviço da república tem um custo *per capita* muito menor e é um serviço muito melhor. A Assistência Social tem esse prognóstico promissor: o serviço melhor é mais barato. O que é incrível, apesar de continuarmos investindo em serviços de grande capacidade, que têm custos muito altos e resultados muito inferiores aos resultados possíveis, quando se tem um república, que é uma unidade mais parecida com uma residência, com no máximo 20 pessoas convivendo, e com uma supervisão, um corpo profissional de RH, que é o mais pesado na assistência social e, claro, assim tem que ser, é o RH. Mas quando você tem 20 pessoas convivendo, coabitando numa república, o tipo de supervisão necessária é completamente diferente da supervisão que você precisa, quando você tem 500 pessoas dividindo um dormitório. Sob todos os aspectos, inclusive, o financeiro, a república é muito mais interessante como forma de atendimento das pessoas em situação de rua.

Mas hoje, se a gente quiser detalhar isso em custo *per capita*, você tem que se escarafunchar lá no sistema para fazer a conta, porque está tudo aqui junto em 4308. Se você não puxar as notas de empenho, os contratos, os temas de parceria, você não consegue enxergar esse número e não dá nem para fazer análise de custo qualidade, a gente tem que fazer, não é só se é mais caro ou mais barato, mas o que dá melhor resultado. Essa é a nossa proposta para o Orçamento da Assistência. Não é que nem que esta seja a proposta, esse é um exemplo de como pode ser feito, de que essas dotações, que dizem respeito a coisas muito diferentes, sejam divididas em grupos menores. É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Registro a presença do Secretário Caio Megale.
Tem a palavra o Sr. Pirata.

O SR. PIRATA – O ruim é que, às vezes, a gente nem quer participar de todos os debates, mas como essa gestão não cumpre a Lei Orgânica da Cidade, que são os movimentos sociais, está escrito nela e vocês não dialogam nem com a sociedade. Está escrito movimento sociais, é função de vocês. E o ruim é que vocês também não vão dar conta das

coisas por que os Secretários não dialogam. Estamos numa gestão que não dialoga com a sociedade. Não consigo fazer elogios para vocês por que, para mim, vocês não estão fazendo nada porque não tem diálogo, fica tudo escondido, não é transparente.

O que o Secretário de Cultura faz, eu sei que nas outras áreas faz igual, igual o pessoal da assistência social. Qual a felicidade que vocês têm de não cumprir o Suas, que orçamento, o que se faz com um bilhão de reais da assistência social que está no orçamento de 2018? O que é o orçamento de 2018? Transporte público, eu tenho uma pergunta que é básica: qual é o valor do negócio transporte público em São Paulo?

Saúde. Todas as empresas, OSs, empresas, falam de *compliance*. Vocês não iam falar *compliance* com essas empresas que estão com o dinheiro da saúde porque é um bom dinheiro. O que eu ouço vocês falarem toda hora é culpar a sociedade civil. É que a pessoa não está na lista, é que o fulano, sempre o mote, a culpa é a base, e nunca quem está com o dinheiro público e aí como eu estamos numa gestão que fala que é empresarial, não é política, e não quer cumprir nada, vocês não vão fazer *compliance*? Um bilhão para o transporte público, aí me lembrou dos Jacksons, acho que vão fazer esteira, aquele desenho, daí a gente tem uma ideia que é muito importante.

O que vocês vão fazer em dois anos? Vocês não vão fazer. Desocupação em dois anos? Um bilhão em dois anos? Vocês estão mentindo para quem?

Vereadores e pessoal da Fazenda, vocês precisam, eu sei que está nos artigos da LDO, a LDO são só diretrizes, mas precisam pedir para cumprir. Os Secretários da cidade de São Paulo têm de cumprir o orçamento, na função de dialogar com a sociedade civil, o orçamento, não estou falando do diálogo do orçamento participativo, que é uma coisa neoliberal, estou falando da participação de verdade porque nós somos fiscalizadores. O poder representado pelos Vereadores, junto com a sociedade civil. Isso precisa ser cumprido na cidade de São Paulo.

A gestão Doria e a Covas, porque eu acho que a gestão Covas poderia dar, porque

eu sei que o cara vai querer ser Vereador, deveria dar um vup...para comparecer, dialogar, porque o cara é da política, por enquanto está fazendo igual ao Doria. E aí a cidade de São Paulo é a pior cidade nesse momento.

Quantas pessoas a assistência social, exato? Quantas pessoas estão na situação de rua? Uma das leis da cidade de São Paulo é a prioridade da criança e adolescente. Qual é a prioridade da criança e adolescente em São Paulo? Vereadores, qual é a política da área da assistência social, dos direitos humanos para as crianças e adolescentes? No orçamento existe, mas o que está acontecendo na Cidade? Para onde está indo esse recurso público? Essa é a pergunta.

Nós estamos falando, eu canso de ouvir que eu tenho que pensar um por cento do orçamento. Eu não quero pensar. No ano passado tinham 50 bilhões e a divisão desses 50 bilhões? Esse ano vai dar também esses 51, eu não sei se esse ano, esse Governo gastou a grana até agora, já está no meio do ano. Por que na área da cultura, não está gastando, não há política pública. Há fanfarra, fanfarra é uma coisa, política pública é outra. Até agora o que vocês estão fazendo com o orçamento? Vai guardar esse dinheiro para quem?

Cadê o *compliance* desses parceiros empresariais de vocês? Os seus parceiros empresariais têm uma função, voltar isso para a sociedade civil. Os seus parceiros comerciais não podem entender que o estado é para o lucro, porque se for para o lucro eu quero montar uma empresa e, por favor, me façam ser amigo de vocês porque parece que a política de vocês é feita nos bastidores. Tem que dialogar com a sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Mario Bortoto. Foi Prefeito Regional, Subprefeito de Perus.

O SR. MARIO BORTOTO – No primeiro ano do governo da Marta Suplicy. Hoje estou o PSOL. Bom dia a todos. Sou do Conselho Municipal, representante da zona Oeste dos usuários. Com relação à saúde, o Vereador Jair Tatto falou agora há pouco em cem equipes de saúde da família e gostaria de saber, é para 2019? Aí vem a pergunta: o Secretário de Saúde,

Polara, na audiência pública com o Ministério Público, com a promotora, onde houve um acordo que S.Exa. pararia a reestruturação da saúde porque há vários problemas. S.Exa. anunciou naquela audiência que teria recursos para gastar em 2018 com 278 equipes de saúde da família. S.Exa. anunciou isso lá naquela audiência.

Eu quero entender: S.Exa. vai implementar essas 278 equipes de saúde da família esse ano? Estava previsto isso no orçamento? No Plano de Metas? E quanto? São cem equipes no ano que vem? Quero entender essa lógica. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não temos mais inscritos. Tem a palavra a Sra. Lucilene.

A SRA. LUCILENE – Tentando responder um pouco dos apontamentos que anotei aqui. Indo pelo Fábio Siqueira, no tema da Cultura, por mais que a audiência da Cultura já tenho ocorrido, eu chequei aqui a legislação. É o Museu do Rádio, da Televisão e Novas Mídias da Cidade. Eu não consegui achar esse tema na LDO e vou entrar em contato com o pessoal da cultura, passar para o Secretário essa demanda e colocar na lei orçamentaria.

Outro item que foi comentado do Conselho participativo municipal. A Secretaria do Governo ela tem uma equipe que cuida desse dialogo com a sociedade. Tem uma equipe pequena, enfim, vou também passar para o Secretário Júlio, essa demanda, tentar fazer com que a comunicação com a sociedade se dê da melhor forma possível. Foi uma demanda do Pirata, e das demais representações aqui, o tema da Vereadora Soninha, sobre o orçamento, até o Sr. Presidente, Jair Tatto, havia comentado, do orçamento ser um pouco genérico, ou genérico demais, a gente vai tentar viabilizar uma forma melhor de apresentação para a LOA, de tentar especificar melhor, enfim, tentar conter esse dialogo com as Secretarias e ver quais são as demandas específicas de cada área, enfim, tentar solucionar isso para a próxima Lei Orçamentária, para que não gere esses transtornos de tentar enxergar o orçamento. É interesse da Fazenda, com que toda à população, ela enxergue, o Orçamento da Cidade de São Paulo, até para poder direcionar da melhor forma possível com que atenda todas as

políticas. Acredito que eu tenha falado dos principais. O tema de transporte já foi levantado, então até o representante de transporte vai explicar aqui melhor, o cálculo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra a Sra. Denise, da SMADs.

A SRA. DENISE – Quanto ao pleito da nobre Vereadora Soninha, como nossa amiga Lucilene comentou, vamos levar até com maior detalhamento, as dotações para a LOA de 2019. Anotado aqui também os serviços de convalescência, priorizar. A ideia da republica para adultos, de um melhor atendimento nos serviços, e um custo mais adequado. De repente, autonomia em foco, fazer um estudo mais aprofundado. Se não me engano, o Reper Pirata, ele perguntou do orçamento de 2018,. O que posso falar é que está sendo executado por Smads, a rede nossa tem um custo alto, mais ou menos uns 970 milhões a bilhão, a falta de dialogo, a SMADs está sempre aberta para debater, conversar com os Municípios, tanto como conselhos, o Comas. Em relação às pessoas em situação de rua. O último levantamento se não me engano, isso foi em 2014, ou 2015, não posso afirmar, mas estava em 15 mil pessoas em situação de rua. Agora, acho que está mais ou menos respondido os questionamentos. Qualquer duvida passo a palavra ao meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o Sr. Francisco Alberto Alves, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes.

O SR. FRANCISCO ALBERTO ALVES – O questionamento da nobre Vereadora Soninha em relação ao Bilhete Único, apesar de não constar no rol de projetos da Secretaria, a LDO, mas a informação é de que o estudo é feito, está sendo processado pela Secretaria de Desestatização. Vamos procurar estreitar relações com a Secretaria, e ter um detalhamento maior, até para poder transmitir aos senhores.

A pergunta em relação à compensação tarifária. Ela é mais relacionada a questão de execução orçamentária, da Lei Orçamentária. A SPTransportes, faz a gestão e conseqüentemente o pagamento as empresas prestadoras de serviços de transporte, elas seguem, exclusivamente o que é previsto na legislação das isenções. As isenções são legais,

são previstas, não há como fugir delas e de acordo com toda gestão que é feita do uso de diário, pelas pessoas que tem direito a isenção, a conta é apresentada, é auditada. Chega ao valor de três bilhões que o senhor comentou. O orçamento é transparente. É auditado pelos órgãos de controle externo, em especial, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Não há nenhuma ilegalidade na execução do recurso. Gostaria de deixar isso bem claro. A previsão no orçamento é aquém da necessidade real executada ao longo do exercício orçamentário.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FRANCISCO ALBERTO ALVES – Na verdade a minha resposta era em relação a pergunta, inicialmente, feita pelo Sr. Fábio, que perguntava da compensação tarifária e das despesas anual que bem lembrado, ela é registrada ao final do exercício, acima da previsão inicial de orçamento. A Secretaria de Transporte, tem um orçamento de aproximadamente 5 bilhões de reais ao ano. e esse recurso, em sua maioria é repassado a CET e a SPTransportes. O negocio de transportes, como eu disse, é oferecer a melhor mobilidade ao cidadão que habita na capital ou que venha à capital, em qualquer região do Estado, ou do País, que precisa de transporte rápido, seguro, com ligações de todos os modais permitidos de transporte, incluindo a relação com o Estado, na área do Metrô de São Paulo, e esse é o negócio básico: segurança, mas para isso também, precisamos investir no inicio, educação de transito, para aquela pessoa pedestre ou condutor tenha a consciência legal de que ele tem necessidade de cumprir regras para que o trânsito em São Paulo seja o melhor possível. Essa é área de negócios da Secretaria de Transportes, para isso os recursos envolvidos são os que comentei.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o Sr, Donato.

O SR. DONATO – Em relação ao que a nobre Vereadora Soninha falou em termo dos exames, Corujão, Corujão da Saúde, Corujão de Cirurgias, é o grande nó que sempre teve a Secretaria em muitos anos. e o problema é o que ela mesmo já identificou e é nítido dentro da Secretaria, é a regulação do sistema como está. E também uma situação que a Secretaria,

desde o ano passado, um pouco do final da gestão anterior essa gestão, de ser proativo em relação a um agendamento, no sentido de programas de software que estão sendo criados, agora nessa gestão e também de procurar o paciente, ver, para diminuir o absenteísmo. São atitudes que estão sendo feitas nesse ano de chegar e ser coativo em relação a marcação de exames. E uma coisa que também está previsto na Lei de Diretrizes e também no plano de metas, uma situação de capacitação. Não no sentido de capacitar o médico, não é explicar para o médico que ele precisa pedir exames. Mas no seguinte, de entender: que existe dentro do pleito de exames vários procedimentos que a rede pública não tem e não temos conveniada. Conveniada via convênio SUS. Via tabela SUS e via Convenio SUS, modo de dizer. Então nos vários procedimentos que os médicos e demais profissionais de Saúde prescrevem não há como nós atender, porque são específicos e não temos, dentro da rede municipal, um efetivo, para deixar bem claro. E não tem como nós conveniarmos. Conveniar baseados em tabela SUS. Tabela particular é uma outra coisa e aí não vou ficar discutindo negócio de preço, porque vocês sabem que a tabela particular é muito maior. Então o nível de gastos desses exames acarretaria muito outras coisas.

Então esse proatividade inclinam os profissionais de saúde dar prescrição também condizente com o que a gente pode responder, tanto na parte de cirurgia, como na parte de exames complementares. E a regulação sendo proativa de ver realmente, dentro da região, que está dividindo as regiões de onde saem mais exames o que tem de referência e contrareferência para o atendimento.

O que a Vereadora Soninha Francine falou é bem o reflexo do que é esse sistema de exames já há alguns anos e que tenta se resolver agora com esse software, e a proatividade e capacitação do que se pode. O que se pode, não, desculpem usar o termo, o que se tem e o que se pode resolver dentro da área de exames ou cirurgias de um modo geral.

A situação do RAS – Rede de Assistência à Saúde e a judicialização que está ocorrendo, a implementação das equipes de saúde da família para o Programa Saúde da

Família e a própria situação do RAS está judicializada. Isso não foi que ocorreu a judicialização no ano passado, foi no começo desse mês. Então toda a Secretaria estava se movimentando e trabalhando, tanto profissionalmente, quanto de regulação, como de recursos e reuniões com a Secretaria da Fazenda para a implementação do RAS. Com a judicialização, e com as informações, está tudo sendo reestudado como vai ser feito agora. Isso foi em maio deste ano. Não é algo que está judicializada há 4 ou 5 anos, é maio deste ano. E, por incrível que pareça, ainda estamos em maio. Então é algo que está sendo reestudado.

O Programa Saúde da Família é uma necessidade que advém desse programa e já existe nela, já desde 2001, é algo que tenta se implementar no programa em algumas regiões. Há problemas de profissionais. Não se consegue uma equipe inteira. O Programa Saúde da Família é composto por uma equipe: médico, um agente comunitário, uma enfermeira, e especialistas das áreas de saúde da família. Não adianta por um pediatra comum, vou dizer comum que é aquele que está acostumado a uma rede hospitalar ou de uma UBS atendendo dentro de residências, não vai ter resolutividade, não vai ter um procedimento a altura do que se necessita a população.

Então esse implemento no Programa Saúde da Família já vem vindo há anos para isso. Estava muito mais forte e focado ao RAS. Com a judicialização, e com a redefinição que está sendo feita entre a Secretaria, o Conselho Municipal de Saúde, Ministério Público e demais interessados na área, vai ser redefinido. Depois, o Dr. Polara informa, que é um mote do plano de saúde.

Em relação ao que foi falado, em 2019 está previsto no projeto de lei 30 equipes. As perguntas do nobre Vereador Jair Tatto, juro que o hospital Brasilândia vai receber um aporte de dinheiro agora, por esses dias, de 19 milhões. Parelheiros, há um cronograma de dinheiro já liberado e está sendo implementado a sua inauguração, que eu acho que o senhor já deve ter sido avisado que está sendo preparado o Pronto Socorro e, depois, uma ala de internação, aí vai indo pra funcionar plenamente Parelheiros. Brasilândia é para o ano que

vem, mas o aporte do dinheiro, é isso mais ou menos que vai ocorrer nesses dias, e vai continuar a obra.

E o Programa Saúde da Família, voltando no assunto, são 100 e está tudo ligado. Desculpem-me, apesar de eu ser economista, tenho muito tempo dentro da Secretaria, conheço esses programas, posso falar profundamente sobre o que vai acontecer com o RAS – Rede de Atenção à Saúde e com o Programa de Saúde da Família, se vai ser menos ou mais, depende das definições do Dr. Polara, do Daniel e da Dra. Glória, Secretária Adjunta.

Desculpe-me se não consigo responder plenamente a tua pergunta, mas a ideia desse projeto e do RAS é coisa que está sendo redefinida junto às pessoas em face à judicialização. O Programa de Saúde da Família sempre foi uma necessidade, uma coisa que de qualquer jeito vai ocorrer.

Espero ter respondido.

E o que já foi implementado em termos do Programa de Saúde da Família, Vereador, juro que peço ao pessoal pra te informar em seu gabinete. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A gente queria saber nesse ano e meio quantos programas.

Anuncio a presença do Vereador Atílio Francisco, relator da LDO.

Tem a palavra a Vereadora Soninha.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Há previsão de nomear, este ano, aprovados em concurso na Saúde?

O SR. DONATO JOSÉ MELLONE – Em termos de autarquia hospitalar, há uma autorização, são 900 vagas, se não me engano, não gosto de falar em números sem ter certeza. Já está no Gabinete do Prefeito para aprovação. Existem pleitos de nomeações de concursos, para as várias áreas médicas e apoio, nível médio, que estão em fase de nossa análise e da Secretaria de Gestão, posteriormente vai pra Secretaria da Fazenda: pediatras; médicos de modo geral; área de enfermagem, tanto enfermeiros quanto auxiliar, e chamo de

auxiliar porque sou velho de Prefeitura, mas é outro o nome, é técnico de enfermagem, se não me falha a memória. Disso tudo estão sendo feito pleitos, vários estão sendo discutidos junto aos canais que regulamentam.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obstetriz?

O SR. DONATO JOSÉ MELLONE - Obstetriz para a Cachoeirinha e também neonato, tudo pra tentar suprir a necessidade do Hospital e Maternidade Cachoeirinha.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não tive resposta sobre os dados do Transporte. Não sei se chegou alguma coisa nesse sentido.

O SR. FRANCISCO ALBERTO AIRES – Então vamos falar do valor que, a princípio, chama atenção em relação a expansão de oito quilômetros de corredores. As informações que me chegaram é que o valor inicial, o custo realmente é mais alto porque abrange toda extensão prevista do PPA, que são 72 quilômetros. Não adianta fazer um projeto de desapropriação de parte do trecho se não tiver a garantia de que os trechos seguintes, que serão executados e os demais orçamentos também possam ser viabilizados. Além disso, a Secretaria faz um estudo e indica quais são as áreas ou corredores mais propícios para que as obras possam ser realizadas. Nesse caso, as obras são feitas e projetado o custo por SIURB e por SPObras. Essa é a lógica: a Secretaria estuda, apresenta os locais a, b e c, que são adequados para que os corredores possam ser implementados. Aí em parceria com SIURB a projeção dos custos por conta das desapropriações em toda extensão, por isso o valor alto deste ano, e a tendência nos anos seguintes é de redução porque ficarão apenas as obras de engenharia propriamente ditas. Essa é justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Como nós temos audiência geral, vou encerrar a presente audiência e após cinco minutos começaremos a audiência geral.

Agradeço a presença de todos, a paciência de todos. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente audiência pública.